

CÂMARA MUNICIPAL DO CORVO

CARTA ABERTA

Ex.ma Senhora Secretária Regional

Do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

Dra. Berta Cabral,

A Câmara Municipal do Corvo entende ser seu dever institucional alertar publicamente V. Ex.^a para a crescente degradação das condições de mobilidade aérea dos residentes da Ilha do Corvo, situação que começa hoje a assumir contornos profundamente preocupantes para o normal funcionamento da vida da comunidade corvina.

A mobilidade aérea no Corvo nunca constituiu uma realidade simples. As limitações inerentes à dimensão da ilha, à sua ultraperiferia e às condicionantes climáticas do Atlântico Norte sempre exigiram dos residentes uma capacidade de adaptação e compreensão que a população soube, ao longo de décadas, aceitar com sentido de responsabilidade e resiliência.

Importa igualmente reconhecer, com inteira justiça, o papel absolutamente essencial que a SATA Air Açores desempenhou e continua a desempenhar na ligação da Ilha do Corvo ao restante arquipélago, assegurando uma missão de enorme relevância humana, social e territorial. É também justo reconhecer o reforço gradual do número de ligações aéreas efetuado ao longo dos anos, acompanhando a crescente procura de mobilidade na Região Autónoma dos Açores.

Contudo, a realidade atualmente vivida demonstra de forma clara que o problema da acessibilidade aérea dos residentes do Corvo permanece longe de estar resolvido e atingiu um nível de pressão particularmente preocupante.

Hoje, os corvinos vivem sujeitos a uma permanente incerteza relativamente à possibilidade de conseguirem sair ou regressar à ilha em tempo útil, mesmo quando estão em causa situações urgentes da

vida pessoal, familiar, profissional, académica, económica ou institucional.

Multiplicam-se situações de residentes retidos fora da ilha durante vários dias, trabalhadores impossibilitados de cumprir obrigações profissionais, estudantes sujeitos a perturbações constantes nas suas deslocações, famílias separadas sem previsão de regresso e cidadãos impedidos de tratar assuntos essenciais fora da ilha em prazo minimamente aceitável.

A crescente dificuldade de mobilidade começa assim a afetar diretamente a estabilidade da vida social, familiar e económica da população da ilha, gerando um sentimento crescente de insegurança e imprevisibilidade entre os residentes.

E esta realidade torna-se ainda mais grave quando começa igualmente a comprometer deslocações relacionadas com consultas hospitalares, exames, tratamentos diferenciados e situações de acesso urgente a cuidados de saúde fora da ilha.

Numa ilha totalmente dependente da ligação aérea para contacto com o exterior, a mobilidade deixa de representar apenas uma questão logística ou operacional.

Representa a ligação efetiva da população ao trabalho, à educação, à vida familiar, aos serviços, às instituições, à economia e aos cuidados diferenciados de saúde.

A Câmara Municipal do Corvo compreende plenamente as limitações e dificuldades inerentes à operação aérea numa ilha pequena e particularmente condicionada pelas condições atmosféricas.

Mas compreende igualmente que o aumento muito significativo do número de passageiros, da circulação interilhas e da mobilidade regional exige respostas mais robustas, mais eficazes e mais ajustadas à realidade das ilhas mais periféricas da Região Autónoma dos Açores.

O desenvolvimento da Região e o aumento da mobilidade constituem fatores positivos para os Açores. Porém, essa evolução não pode continuar a coexistir com uma realidade em que os residentes do Corvo vivem frequentemente sem garantias mínimas de previsibilidade relativamente à sua própria circulação dentro da Região.

Os corvinos não podem continuar sujeitos à permanente dúvida sobre se conseguirão sair da ilha quando necessitam ou regressar a casa em condições minimamente aceitáveis.

Porque, para o Corvo, a mobilidade aérea não representa um luxo nem uma conveniência.

Representa uma condição essencial de igualdade, segurança, estabilidade e dignidade para quem vive na ilha mais pequena e mais isolada dos Açores.

Assim, a Câmara Municipal do Corvo vem apelar a V. Ex.^a para que esta situação seja encarada como uma prioridade regional urgente, promovendo-se uma avaliação séria e célere de soluções concretas que permitam reforçar efetivamente a proteção da mobilidade dos residentes da Ilha do Corvo e garantir respostas mais adequadas à realidade atualmente vivida pela população.

Porque a coesão territorial dos Açores mede-se, acima de tudo, pela capacidade de garantir igualdade efetiva entre açorianos, independentemente da ilha onde vivem.

Mais se delibera que seja dado conhecimento da presente Carta Aberta às seguintes entidades:

- À Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas Dra. Berta Cabral,
- Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores;
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Grupos e Representações Parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Conselho de Administração da SATA Air Açores;
- Direção Regional da Mobilidade;
- ANA — Aeroportos de Portugal;
- Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores;
- Comunicação Social Regional.

Mais se delibera que a presente Carta Aberta seja publicada nos meios institucionais do Município e fique lavrada em ata.

Aprovada em reunião da Câmara Municipal do Corvo de 28/05/2026.

O Presidente da Câmara Municipal do Corvo,
Marco Paulo Alves da Silva

Os Vereadores,
Óscar Manuel Valentim Rocha
Ângela Marie Valadão
Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato
Patrícia Manuela Mendes Emílio